

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR**  
**- CODEFAT -**

**20ª Reunião Ordinária do CODEFAT**

**DATA:** 14 de dezembro de 1993

**LOCAL:** 6º andar, Bloco "F" da Esplanada dos Ministérios MTE.

Aos catorze (14) dias do mês de dezembro de 1993, às 10h, no 6º andar, Bloco "F" da Esplanada dos Ministérios, nesta capital, realizou-se a vigésima (20ª) Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a Presidência do Conselheiro Alexandre Jorge Loloian, titular/MTb. Presentes os Conselheiros, Isac Roff, Zagury, titular/BNDES, Willy Fischer, titular/Força Sindical, Carlos Everaldo dos Santos, suplente/CGT, Dagmar Mª de Santana Martins, suplente/CNC, Tiago Nogueira e Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, titular e suplente da CUT, respectivamente; Eduardo Tavares de Almeida, titular/MPS e o Secretário-Executivo do CODEFAT, Ricardo Roberto de Araújo Lima. Compareceu também à reunião, como convidado, o Dr. Antônio Sérgio Martins Melo, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Dando início aos trabalhos, o Presidente saudou os presentes e passou a palavra ao Dr. Antônio Sérgio, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Industrial, que falou sobre quanto os recursos do FAT têm se constituído em importante instrumento de negociação nas Câmaras Setoriais, esclarecendo que, no momento, encontram-se em curso de negociação o acordo naval, o de tratores e de bens de capital. Declarou, ainda, que a negociação da Câmara Setorial não é um processo simples, vez que envolve as centrais sindicais, o setor empresarial e o Governo que discutem tributos, melhorias de competitividade e compromissos na área trabalhista, o que concorre para a demora da sua conclusão. Esclareceu, também, que o MICT tem hoje em torno de 15 Câmaras Setoriais em curso, sendo que, dentre os setores que contarão com recursos do FAT, se encontra em fase de conclusão a de tratores, que está exigindo a elevação da alíquota de importação de 20% para 35%, para manter equilíbrio com a base do setor automotivo. Dizendo acreditar que até o dia 16 de dezembro próximo será assinado o acordo. Com relação ao setor naval, informou o Senhor Antônio Sérgio, que a discussão foi muito longa devido a alguns critérios para utilização dos recursos do FAT. Inicialmente, a utilização de recursos seria para viabilizar a exportação de navios, isso não foi possível porque a Petrobrás tinha algumas encomendas paralisadas, devendo para receber novas encomendas, dar seqüência as obras em andamento. Continuando, o Senhor Antônio Sérgio informou que a Petrobrás deveria conseguir junto ao Conselho Monetário Nacional a excepcionalidade para a utilização dos recursos do FAT, em virtude de já vir usando os recursos

do Fundo da Marinha Mercante. Em decorrência das dificuldades com o Fundo da Marinha Mercante, os recursos do FAT voltaram a ser interessantes para o Setor Naval. Afirmou o Senhor Antônio Sérgio que na reunião marcada para o dia 20.12 no Rio de Janeiro, deverá haver um acerto final da Câmara do Setor Naval para utilização dos recursos do FAT. Quanto ao Setor de Bens de Capital, esclareceu o Senhor Antônio Sérgio, que haviam alguns pontos a serem acordados e estimava que em janeiro seria fechado o acordo. Ao encerrar o informe, colocou-se à disposição para alguma pergunta. O Presidente do CODEFAT ao agradecer a presença do Sr. Antônio Sérgio, passou a palavra ao Conselheiro suplente da CUT, Ivan Guimarães, que pediu ao representante do BNDES, Conselheiro Isac Zagury, confirmação do valor do empréstimo para o setor de tratores, da ordem de 530 milhões de dólares, devido a uma informação publicada na "Gazeta Mercantil", com expectativa de 60 milhões de dólares para o mês de dezembro. O Conselheiro Isac, informou que a idéia básica do depósito especial do FAT para o Setor era atender à demanda que estava reprimida, e que, em 1993 cresceu bastante. O montante a ser desembolsado está além do valor anteriormente orçado para atender uma demanda reprimida, necessitando de um orçamento suplementar, entretanto, deverá atingir um valor bem inferior ao citado pela imprensa. O Conselheiro Tiago, representante titular da CUT, perguntou ao Conselheiro Isac Zagury, se houve avanço na utilização dos recursos do FAT pela Petrobrás a partir da sua declaração feita na reunião anterior do CODEFAT. Esclareceu o representante do BNDES ter o Banco enviado correspondência com orientação à Petrobrás, e que a mesma irá oficializar o pedido nos próximos dias, girando a demanda em torno de 100 milhões de dólares. O Senhor Antônio Sérgio, alertou para a necessidade de que seja acelerado o processo, pois, a demora das negociações causa um grande ônus para o setor. O Presidente do CODEFAT, Alexandre Loloian, ao perguntar ao representante do BNDES se além da Petrobrás, havia outra demanda, obteve como resposta a informação de que há a do Vale dos Navegantes. O Senhor Antônio Sérgio informou que a grosso modo a Marinha Mercante demandará 40 milhões de dólares; a CONERJ 30 milhões de dólares, a Região Sul, 20 milhões de dólares, a Região Norte, 20 milhões de dólares. Indagou o Presidente do CODEFAT, ao representante do BNDES, se há, entre os possíveis demandadores, algum pedido formal ao Banco, tendo recebido como resposta que a Região Norte já formalizou um no valor de quinhentos mil dólares. O Presidente do CODEFAT deu conhecimento sobre a solicitação de uma comissão composta por empresários e trabalhadores para que o Vale dos Navegantes - Itajaí, importante pólo produtor, fosse contemplado com recursos do FAT, aos quais o Dr. Alexandre informou sobre os critérios do CODEFAT para tal finalidade, desconhecendo, entretanto, se houve adesão ao acordo dos mesmos ao Setor Naval, ao que foi informado pelo Sr. Antônio Sérgio da existência de um documento de intenção. Ainda sobre o Setor Naval, o representante do BNDES externou sua preocupação quanto a operacionalização devido à próxima reunião do CODEFAT ser em fevereiro e a necessidade da Câmara Setorial fechar o acordo em dezembro. O Presidente do CODEFAT entendendo a preocupação do representante do BNDES, colocou para os Senhores Conselheiros

que se fosse decidido, ele poderia fazer essa liberação desde que seja comunicado da conclusão do acordo. Ficou aprovado que o Presidente do CODEFAT poderá liberar o recurso, ficando o Senhor Presidente de contatar o BNDES para fazer a consulta quanto ao atendimento do acordo aos critérios estipulados pelo CODEFAT. Após a distribuição aos Conselheiros da correspondência da Petrobrás enviada ao BNDES, onde ela solicita orientações para formalizar o pedido, o Presidente deu continuidade ao item seguinte da pauta. O Conselheiro Tiago Nogueira, representante da CUT, pediu para apresentar um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que gostaria de solicitar financiamento dos recursos do FAT para pequenos produtores rurais. Ouvidos os Conselheiros, o Presidente informou que a prática do Conselho é de que as solicitações sejam feitas ao GAP, e posteriormente, ao CODEFAT, ficando o dito representante de encaminhar o pleito à Secretaria-Executiva do CODEFAT para discussão na reunião do GAP, do dia 19.01.1994. Item 2 - O Presidente solicitou confirmação dos Conselheiros se constava na Pasta a Ata da reunião anterior, pois a aprovação da mesma seria na próxima reunião do CODEFAT. Item 3 - Proposta de Resolução para implementação de medidas de fiscalização e de definição de estrutura e acompanhamento da operacionalização do Seguro-Desemprego, já apreciada pelo GAP. Após várias discussões houve aprovação da resolução com mudanças na redação. Item 4 - Proposta de Resolução aprovando critérios de transferência de recursos para operacionalização do Seguro-Desemprego nos Estados e Municípios. Foi aprovada a minuta de resolução que trata do SINE nos Estados. Item 5 - Negociação do Contrato DATAMEC. A minuta apresentada está fixada na primeira proposta definida no GAP/SP, 24.11.93, que seria a manutenção do sistema atual com as melhorias sugeridas pelo GAP. O representante da Força Sindical, Willy Fischer, disse não aceitar discutir um contrato que não esteja acompanhado do Plano de Trabalho bem como, sem valores definidos. Pelo Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Ricardo Lima, foi informado que estava sendo reproduzido material com uma tabela que demonstra a redução do valor conforme foi acordado no GAP/SP. Ainda sobre o assunto, o representante da Força Sindical, Willy Fischer, disse que gostaria de discutir um contrato que desse uma visão global, destacando custo por itens, de maneira que pudesse identificar a diferença a mais do ano de 93 em relação ao ano anterior. O Coordenador do Programa do Seguro-Desemprego, Rodolfo Torelly, informou que fora aprovado no CODEFAT o pagamento do Seguro-Desemprego do Pescador e que o retorno dos cheques ocasionou custos. Informou ainda, que em reuniões anteriores foi entregue a Tabela com os custos com os requerimentos processados. O Presidente do CODEFAT fazendo uso da palavra perguntou sobre a conclusão do Grupo de Trabalho sobre o assunto. Pelo Coordenador do Seguro-Desemprego, Rodolfo Torelly, foi dito que o Grupo de Trabalho discutiu o contrato atual da DATAMEC, as possíveis melhorias tendo sido solicitado à DATAMEC uma abertura dos custos, item por item, cujo expediente de nº DIRPRE 273/93, a DATAMEC pediu de 30 a 45 dias para responder. Ainda sobre o assunto, o Secretário-Executivo do CODEFAT fez um resumo das negociações: há quatro meses uma comissão foi designada pelo MTb para estudar o contrato

DATAMEC, sobre o que está sendo feito, o que seria desejável para dar bom atendimento ao trabalhador na ponta, e que na reunião em São Paulo foi discutido o contrato antigo com alguns aprimoramentos, tendo a DATAMEC, na reunião seguinte ao GAP/SP, apresentado um novo projeto denominado PROJAT, detalhando os custos para sua implantação. O projeto em questão contém algumas inovações incluindo a descentralização do sistema. Na reunião do GAP, subsequente, após o MTb ter apresentado uma contraproposta à DATAMEC, ofereceu a mesma uma redução de preço à proposta que tinha feito anteriormente, e que se constituía no PROJAT. Como não houve aceitação pelo GAP, voltou-se a discutir o projeto antigo, ou seja, o que a Empresa vem fazendo hoje. Continuando, Dr. Ricardo, informou que como a DATAMEC não respondeu em tempo hábil à solicitação dos custos por cada tarifa, a alternativa que se colocava era a prorrogação do contrato com vistas à uma possível negociação em janeiro de um novo contrato que incluiria a descentralização, a passagem dos serviços para o MTb, que está licitando os seus equipamentos, e que tal negociação só ocorreria se houvesse aproximação do contrato da DATAMEC com a proposta do MTb. O Conselho aprovou a renovação do contrato com algumas alterações na redação do mesmo, condicionando a apresentação do Plano de Trabalho, às informações da tabela de preços unitários. Item 6 - Ratificação da proposta referente a realização de despesas com centrais telefônicas e mobiliário para atividades do Seguro-Desemprego. O item foi aprovado com solicitação da identificação na plaqueta do uso de recursos do FAT. Item 7 - Apreciação do texto a ser enviado ao Congresso que trata da reformulação da Legislação do Programa do Seguro-Desemprego. O item foi aprovado. Itens 8 e 9 - Referente a prestação de contas do Abono Salarial no exercício 1992/1993. Foram aprovadas as prestações de contas do PIS e PASEP. Item 10 que trata da análise da busca de recursos do FAT, no BNDES, pelo Setor Naval. Dr. Alexandre, Presidente do CODEFAT perguntou ao representante do BNDES se tinha algo a acrescentar, além do que foi dito no início da reunião. O Conselheiro Isac, informou que não, e aproveitando a ocasião pediu para fazer um relato sobre o Plano de Estudos na Área de Economia do Trabalho, atendendo as demandas do próprio CODEFAT, e do Seminário. Após a exposição, o Conselheiro Isac falou da disposição do BNDES em realizar "mesas redondas" e comitê de trabalho com seus especialistas, a pedido do CODEFAT. Item 11 - Prorrogação da Lei Emergencial do Seguro-Desemprego no período de 01.01.94 a 30.06.94. O Presidente do CODEFAT, informou das providências tomadas esclarecendo que a matéria ainda não havia sido votada pelo Congresso. Item 12 - Informe sobre o atraso de recursos ao FAT pela Secretaria do Tesouro Nacional. O parecer da Consultoria Jurídica do MTb se manifestou que, por estar o tema "sub judice", dependendo de apreciação pelo TCU, não poderia opinar sobre o assunto. Item 13 - Contrato RAIS. O Presidente do CODEFAT, Dr. Alexandre fez um resumo sobre as negociações junto ao MPS e colocou para deliberação a participação dos recursos do FAT vez que a Previdência no corrente exercício não poderá arcar sozinha com o ônus do contrato e que, em 1994 sejam feitos os acertos. Foi pedido, pelo Conselheiro Willy Fischer, que fossem pautados estudos dos contratos com a FIA e com o SERPRO. Pelo Dr. Alexandre, foi informado que o passo

seguinte da Comissão, que ora estuda o contrato DATAMEC, será estudar os referidos contratos. Outros Assuntos: Proposta do BNDES para reunião ordinária, com vistas à Revisão Constitucional. O Conselheiro Isac Zagury, informou que o BNDES sugere a realização de uma reunião extraordinária para estudo das alterações que poderão afetar os recursos do FAT. Ficou acertado para o dia 04.01.94, às 10 horas com a presença dos Conselheiros e membros do GAP. Foram distribuídos os seguintes materiais: Depósitos Especiais do FAT no BNDES; Plano de Estudos e Atividades na área de Economia e Trabalho; Relatório de atividades do FAT, período de janeiro a outubro de 1993; Estudos realizados pelo BNDES; Calendário de Reuniões do CODEFAT e do Grupo de Apoio Permanente - 1994; Síntese do Seguro-Desemprego - Setembro/1993; Lei 4.923/65 - Setembro/1993 e Clipping - Novembro/1993. Nada mais havendo foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Ricardo Roberto de Araújo Lima, Secretário-Executivo, lavrei a presente ata que, após aprovada, ser assinada pelo Sr. Presidente, demais membros do Colegiado e por mim.

ALEXANDRE JORGE LOLOIAN

Presidente

\_\_\_\_\_

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA

Secretário-Executivo

\_\_\_\_\_

EDUARDO TAVARES DE ALMEIDA

Representante/MPS

\_\_\_\_\_

ISAC ROFFÉ ZAGURY

Representante/BNDES

\_\_\_\_\_

WILLY FISCHER

Representante/Força Sindical

\_\_\_\_\_

CARLOS EVERALDO DOS SANTOS

Representante Suplente/CGT

\_\_\_\_\_

DAGMAR MI DE SANTANA MARTINS

Representante/CNC

\_\_\_\_\_

TIAGO NOGUEIRA  
Representante/CUT

